



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

PAUTA

EM 23 DE JULHO DE 2020

Em pauta por 5 (cinco) dias úteis para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 1º-A, inciso I, alínea "b", do Ato do Presidente nº 29, de 25 de março de 2020.

1º Dia

1 - Projeto de lei nº 467, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Obriga a Administração Pública Estadual direta e indireta a tomar medidas de transparência ativa e divulgação de informações nos sítios eletrônicos sobre os itens que especifica.

2 - Projeto de lei nº 468, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Institui a Política Estadual de Promoção da Transparência.

3 - Projeto de lei nº 469, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Torna obrigatória a divulgação dos relatórios de vistorias técnicas de competência do Estado realizadas em viadutos, pontes, túneis e passarelas.

4 - Projeto de lei nº 470, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Proíbe o uso de abraçadeiras de "nylon" na realização de procedimentos cirúrgicos em animais no Estado.

5 - Projeto de lei nº 471, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Autoriza o uso de aplicativo para o transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Estadual direta e indireta em deslocamentos a trabalho.

6 - Moção nº 124, de 2020, de autoria do deputado Arthur do Val. Aplauda os Srs. Cícero Hilário e Roberto Guilhermino por cumprirem com suas obrigações para a proteção das vidas humanas em risco por conta da pandemia do novo coronavírus.

7 - Moção nº 125, de 2020, de autoria do deputado Arthur do Val. Repudia veementemente a atitude vergonhosa e ultrajante com que o desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira tratou os guardas municipais Cícero Hilário e Roberto Guilhermino, bem como o desrespeito do magistrado à legislação vigente.

8 - Moção nº 126, de 2020, de autoria da deputada Leticia Aguiar. Repudia o Tribunal de Justiça pela atitude do desembargador Eduardo Siqueira, que desrespeitou Guardas Civis Municipais de Santos ao ser multado pelo descumprimento do Decreto nº 64.959, de 4 de maio de 2020.

3º Dia

1 - Projeto de lei nº 463, de 2020, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Autoriza o Poder Executivo a suspender o ano letivo na rede pública estadual de ensino durante o segundo semestre de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19.

2 - Projeto de lei nº 464, de 2020, de autoria da deputada Analice Fernandes. Declara de utilidade pública a Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo - SOGESP, com sede na Capital.

3 - Projeto de lei nº 465, de 2020, de autoria da deputada Analice Fernandes. Declara de utilidade pública a Associação de Pediatria de São Paulo, com sede na Capital.

4º Dia

1 - Projeto de lei nº 461, de 2020, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a entidade Lar São Vicente de Paulo de Macaúbal, com sede naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 462, de 2020, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Autoriza o Poder Executivo a suspender o ano letivo na rede estadual de educação durante o segundo semestre de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 26, de 2020, de autoria da deputada Erica Malunguinho. Susta os efeitos do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID-19.

5º Dia

1 - Projeto de lei nº 460, de 2020, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Semeando Esperança, com sede em Campinas.

2 - Moção nº 121, de 2020, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Aplauda o Arcebispo Dom João Inácio Müller por seu primeiro ano à frente da Arquidiocese de Campinas.

3 - Moção nº 122, de 2020, de autoria do deputado Campos Machado. Aplauda o Presidente da Associação Paulista de Municípios - APM, Dr. Carlos Alberto Cruz Filho, pela escolha de seu nome e por sua participação como observador internacional no processo plebiscitário da reforma constitucional da Rússia.

4 - Moção nº 123, de 2020, de autoria do deputado Rodrigo Gambale. Apela ao Sr. Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, bem como aos líderes dos partidos com assento naquela Casa Legislativa, a fim de que empreendam esforços para incluir as alterações ora sugeridas no Projeto de lei nº 3267, de 2019, que altera o Código de Trânsito Brasileiro.

Em pauta por 3 (três) dias úteis para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados (Pauta para Recursos).

3º Dia

1 - Moção nº 242, de 2019, de autoria do deputado Bruno Ganem. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes dos partidos com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de que empreendam esforços para a apreciação e aprovação, com a maior brevidade possível, do Projeto de Lei nº 3407, de 2019, para prever a dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas de pagamentos efetuados a médicos veterinários, clínicas e hospitais veterinários destinados à cobertura de despesas com tratamento de animais domésticos.

2 - Moção nº 14, de 2020, de autoria da deputada Adriana Borgo. Aplauda os integrantes da Polícia Civil do Estado de São Paulo e da Delegacia de Proteção do Meio Ambiente da Polícia Civil do Paraná, em especial os agentes da 2ª Delegacia de Investigações sobre Infrações de Maus Tratos a Animais - DIMA, do DPPC e do Departamento de Operações Policiais Estratégicas - DOPE, pela ação que resultou na prisão de 41 pessoas e na desarticulação de um evento de lutas clandestinas de cães, em 14 de dezembro de 2019, em Mairiporã.

3 - Moção nº 25, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Aplauda Chella Phillips, moradora da cidade de Nassau, nas Bahamas, América Central, que, além de empreender esforços pela proteção animal em sua região por meio das ações do grupo "The Voiceless Dogs of Nassau", ainda abrigou em sua própria residência e salvou 97 cães, ante a iminência de passagem do furacão Dorian.